



PEC PARALELA: COMISSÃO DEBATE SUBTETO SALARIAL

A elevação do subteto salarial de procuradores, defensores públicos, advogados, agentes fiscais e delegados foi defendida por representantes dessas categorias em audiência na Comissão de Assuntos Sociais. Rodolpho Tourinho e Paulo Paim (*foto*), relator da proposta e autor do requerimento de audiência, participaram dos debates

Página 3

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XI - Nº 2.114 - Brasília, sexta-feira, 8 de abril de 2005

O QUE AMEAÇA A AMAZÔNIA?

Brasileiros é que estão destruindo a região

Clóvis Brigagão, cientista político

Escassez de recursos cria campos de disputa

Armando Mendes, consultor da ONU

Fantasmas pairam sobre a cabeça da nação

Sibá Machado, senador

Página 8



ADVERTÊNCIA A necessidade de mais investimentos na Amazônia foi um ponto destacado pela maioria dos participantes da audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Dia Mundial da Saúde é celebrado em Plenário

A passagem do Dia da Saúde foi lembrada ontem por diversos senadores. Tião Viana criticou a revisão das leis que punem o aborto, ao passo que Heloísa Helena protestou contra a prática da curetagem. Ideli Salvatti comemorou sanção de projeto de sua autoria, enquanto Paulo Paim defendeu maiores cuidados com mães e filhos. Augusto Botelho lamentou as mortes no parto, Ney Suassuna demonstrou preocupação com a gripe e Francisco Pereira defendeu pesquisa sobre o mal de Parkinson.

Página 7



DEBATES Fernando Bezerra (E) e Ricardo Barros (C), presidente e relator da comissão, discutem as alterações

ORÇAMENTO

Comissão apresenta na terça esboço de mudanças

Página 2

Para Funasa, falta de terras piora situação dos índios

Sem resolver o problema da terra para os índios guarani-caiovas, todas as ações de saúde são limitadas. A advertência foi feita pelo diretor do Departamento de Saúde Indígena da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Alexandre Padilha. Ao falar em audiência na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado, Padilha disse que, sem acesso à terra, essas populações não terão como produzir alimentos, defender sua identidade cultural e incluir-se na sociedade de forma ativa.

Página 6

ORÇAMENTO

Depois de submeter aos presidentes do Senado e da Câmara a minuta da proposta, o relator, deputado Ricardo Barros, concluirá seu parecer e abrirá o prazo para emendas

Reforma do processo orçamentário vai a exame de Renan e Severino

Os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Severino Cavalcanti, devem receber na próxima terça-feira a minuta que altera a Resolução nº 1 do Congresso Nacional, que disciplina a tramitação dos orçamentos federais e o funcionamento da Comissão Mista de Orçamento (CMO). Depois dessa avaliação, o relator, deputado Ricardo Barros (PP-PR), fechará seu parecer e abrirá prazo para emendas.

O texto modificado deve ser discutido em 19 de abril com o ministro do Planejamento, o deputado licenciado Paulo Bernardo, que presidiu a CMO. A comissão mista de reformulação do processo orçamentário deve encerrar, também na terça-feira, os debates sobre a versão preliminar do parecer de Barros. Ontem, reunidos



DEBATE O deputado Ricardo Barros (D) e o senador Fernando Bezerra estão ampliando consultas sobre as mudanças na tramitação das leis orçamentárias

pela primeira vez no Senado, os integrantes acertaram que os encontros irão ocorrer alternadamente nas duas Casas. O próximo será na Câmara.

Duas questões geraram po-

lêmica sobre o texto: a redução das emendas das comissões permanentes e o esvaziamento da relatoria geral do Orçamento. O PT protestou contra a criação da figura do relator da

receita, embora seja favorável à separação das funções atuais da relatoria geral, para que o responsável pela reestimativa da receita não seja o mesmo a decidir sobre a alocação de despesas. Segundo Barros, o PT resiste à mudança porque deve indicar o relator-geral do Orçamento de 2006.

O aumento das emendas individuais (de 20 para 30) e a redução das que são propostas por comissões (de cinco para duas) podem ser vistos pela sociedade como uma "parquialização" do Orçamento, advertiu o deputado Sérgio Miranda (PCdoB-MG). Ele quer manter as emendas de comissão, por entender que elas expressam necessidades mais abrangentes do país. Barros esclareceu que essas emendas serão apenas para remanejar verbas.



Roosevelt Pinheiro

COBRANÇA Lula prometeu concluir as obras do terminal aeroportuário de Vitória, lembra Motta

Motta volta a cobrar término de aeroporto

O senador João Batista Motta (PMDB-ES) voltou a defender em Plenário, ontem, a conclusão das obras do aeroporto de Vitória, que acredita ser peça importante na dinamização da economia do Espírito Santo. Ele lembrou a promessa do presidente Lula, em recente visita ao estado, de concluir o projeto no máximo em dois anos, objetivo em risco por conta do anúncio de corte de investimentos pela área econômica do governo.

Motta aproveitou para homenagear o grupo Águia Branca, criado em 1946 pela família Chieppe, que hoje é, segundo o senador, um dos maiores e mais competentes conglomerados de transporte do país. Empregando cerca de 7 mil pessoas, com uma frota de 700 ônibus e faturamento anual próximo a R\$ 500 milhões, o grupo, para ele, é exemplo de como uma empresa familiar pode crescer e se consolidar no contexto da economia brasileira.

O senador relatou que uma das unidades do Águia Branca implantou, no município de Cachoeiro do Itapemirim, serviço universal de coleta e tratamento de esgoto em todo o perímetro urbano.

Comitê pode ser criado para obras inacabadas

Presidente da comissão mista que examina a reforma do processo orçamentário, o senador Fernando Bezerra (PTB-RN) registra que recebeu correspondência de Renan, sugerindo que esse colegiado trate da questão das obras inacabadas com representantes do Tribunal de Contas da União (TCU), além de consultores de orçamento e integrantes das comissões de fiscalização e controle das duas Casas legislativas.

Bezerra esclareceu que o tema não se encontra no foco dos trabalhos nesse momento,

mas informou que existe proposta do relator do colegiado para a criação de um comitê permanente de avaliação das informações originadas do TCU, não somente as que se referem às obras irregulares.

O senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) defendeu regras que evitem distorções nas emendas individuais. Segundo ele, é por meio desse gênero de proposição que o Parlamento atende a pleitos de bases esquecidas pelo governo, e cada vez mais a própria sociedade desenvolve formas de fiscalizar as obras de-

correntes. Mas o parlamentar admite que há desvirtuamentos e cita como exemplo emendas que destinam recursos para escolas de samba. Ele entende que os projetos defendidos por meio de emendas individuais devem ser consistentes com as políticas públicas, cabendo análise de mérito e de eficácia das ações, por parte dos relatores setoriais.

Com maior entrosamento entre Legislativo e Executivo, Guerra acredita também ser possível evitar o contingenciamento de recursos orçamentá-



Roosevelt Pinheiro

PROTEÇÃO As emendas individuais, entende Guerra, atendem às bases esquecidas pelo governo

rios. Com relação às emendas coletivas, ele entende que não podem ser decididas sem informações sobre o projeto básico e o cronograma da obra.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-Adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Paula Pimenta
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Flávio de Mattos

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Agenda

Plenário

A sessão de hoje tem início às 9h, para comunicados da Mesa e pronunciamentos dos senadores. Na segunda, a sessão começa às 14h, também de caráter não deliberativo (sem votações). Marcelo Crivella (PL-RJ) e Romeu Tuma (PFL-SP) são os primeiros inscritos para falar.

Fale com o Senado

Alô Senado, serviço de relacionamento da Casa com o cidadão, recebe diariamente sugestões, dúvidas e denúncias da população. Para participar, basta ligar 0800 61-2211 ou enviar mensagens para alosenado@senado.gov.br. As demandas são encaminhadas aos órgãos de competência.

PEC PARALELA

Representantes de procuradores, delegados, agentes fiscais e outras categorias que tiveram o subteto equiparado ao dos desembargadores defendem a manutenção, pelo Senado, da mudança feita pela Câmara dos Deputados



DECISÃO Autor do requerimento da audiência na CAS, Paulo Paim, entre Rodolpho Tourinho (E) e Marcelo Crivella, disse que é preciso evitar que a proposta fique indo e vindo entre as duas Casas

Comissão debate aumento de subteto salarial

A mudança introduzida pelos deputados na PEC Paralela, que elevou o subteto salarial dos procuradores, defensores públicos, advogados, agentes fiscais e delegados, equiparando-o ao dos desembargadores – 90,25% dos subsídios dos ministros do Supremo Tribunal Federal –, foi debatida ontem em audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Na proposta que havia sido aprovada pelos senadores, essas carreiras tinham salários vinculados aos dos governadores. Categorias como a dos policiais militares reivindicam

o mesmo tratamento.

Autor do requerimento para realização da audiência, o senador Paulo Paim (PT-RS) explicou que pretende evitar o efeito pingue-pongue, fazendo a PEC ir e voltar entre as duas Casas.

Edina de Melo Horta, que representou a Associação dos Delegados da Polícia Federal, pediu que fosse reparada o que chamou de injustiça feita pela Constituinte de 1988, que tirou da categoria a condição de carreira de Estado. Ela afirmou que os delegados federais desejam a valorização do seu trabalho.

Sigfrido Maus, presidente da

Associação dos Oficiais Militares Estaduais do Brasil, disse que sua entidade não estava tentando retirar dos delegados de carreira e outros profissionais as conquistas obtidas na Câmara dos Deputados. O que a associação pleiteia, segundo disse, é que os policiais militares sejam incluídos na proposta.

Rogério Macanhão, da Federação Nacional do Fisco Estadual, lembrou que a reforma da Previdência foi acolhida somente mediante um acordo para aprovação da PEC Paralela, que corrige distorções.

Já o presidente da Associação

Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social, Marcelo Oliveira, frisou que a seguridade social em 2004 teve superávit acima de R\$ 42 bilhões, dinheiro que, em sua opinião, foi desviado para outros fins, entre eles, o pagamento de encargos da dívida.

Nicolau Dino, presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, argumentou que a PEC objetiva pôr fim à novela em que se consistiu a reforma da Previdência. Maria Lúcia Fatorelli, presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal, sus-

tentou que o déficit previdenciário resulta do fato de não serem computadas algumas receitas e de outras serem desviadas para pagamento de juros.

O aumento do subteto também foi defendido por Antônio Augusto de Queiroz, do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap).

Estiveram presentes à audiência os senadores Leonel Pavan (PSDB-SC), Romeu Tuma (PFL-SP), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Marcelo Crivella (PL-RJ), Valdir Raupp (PMDB-RO) e Rodolpho Tourinho (PFL-BA), relator da PEC Paralela.

Tourinho vai dedicar tempo integral ao relatório da PEC

O relator da PEC Paralela, senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), afirmou durante a audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais que vai analisar com profundidade cada um dos 23 itens da proposta, aprovada na Câmara dos Deputados. Ele disse que "é preciso separar o teto da carreira de servidor público do teto político", referindo-se ao salário dos governadores.

– Dedicarei tempo integral à confecção desse relatório, que foi um acordo entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante, e demais lideranças – afirmou.

Para Tourinho, é necessário reconhecer a importância de algumas questões, como a integração das polícias militar e civil, e outras sugestões apresentadas, para inclusão de novas categorias de traba-

lhadores com direito ao teto dos desembargadores, como os peritos criminais, o que foi proposto na audiência.

Já Paulo Paim (PT-RS) considera importante que a PEC Paralela não se transforme em instrumento de luta política, pois foi elaborada por todos os senadores, com base "em um grande entendimento". Leonel Pavan (PSDB-SC) e Romeu Tuma (PFL-SP) defenderam a equiparação do teto de outras categorias profissionais ao dos desembargadores.

– Felizmente a Câmara ampliou ainda mais o texto aprovado no Senado, para incluir os militares – destacou Pavan.

Romeu Tuma esclareceu que não se trata de um aumento salarial, mas sim de não deixar carreiras importantes se transformarem em categorias de segundo plano, como a de delegado de polícia.



CONSTATAÇÃO Pavan afirma que reforma previdenciária promovida pelo governo cometeu injustiças

Emenda de Leonel Pavan beneficia policiais militares

Ao relatar em Plenário sua participação na audiência sobre a PEC Paralela, Leonel Pavan (PSDB-SC) informou que apresentou emenda para incluir as carreiras militares estaduais e do Distrito Federal entre as beneficiadas pelo texto da Câmara.

Para ele, as alterações melhoraram a proposta. "Quando o governo mandou a reforma para esta Casa, cometeu injustiças com diversos setores."

Subcomissão quer discutir emprego e jornada de trabalho

No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, foi instalada na manhã de ontem a Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência Social, com o propósito de debater e aperfeiçoar a legislação brasileira relativa às duas áreas. Os senadores Paulo Paim (PT-RS) e Marcelo Crivella (PL-RJ) foram eleitos presidente e vice-presidente do novo órgão.

A criação da subcomissão foi iniciativa do próprio Paim, por considerar necessário um fórum específico e exclusivo para o debate e aperfeiçoamento da legislação sobre trabalho e previdência.

A reunião de instalação foi presidida pela senadora Patrícia Saboya (PPS-CE), que definiu essa nova subcomissão como fundamental para fazer o Brasil avançar na redução do desemprego. Dizendo-se oriunda de um estado com

graves problemas sociais, entre os quais um alarmante índice de desemprego, a senadora cearense lamentou a situação daqueles que acordam e dormem sem ter onde trabalhar.

Eleito presidente, Paulo Paim conseguiu aprovar, como primeira providência da subcomissão, a realização de uma audiência pública, no próximo dia 12 de maio, para a discussão do problema do emprego e da carga horária de trabalho.

O primeiro convidado para essa reunião, informou, será o empresário Francisco Simeão, proprietário de uma empresa de pneus no Paraná, que reduziu de 44 horas para 36 horas semanais a jornada de seus empregados, sem reduzir salário, e, mesmo assim, aumentou a produtividade e o lucro.

Senadores ressaltam a humildade de João Paulo II

Tourinho destaca *mea culpa* do Papa e Agripino questiona Lula sobre uso político da comitiva

As homenagens póstumas ao papa João Paulo II foram tema de discursos pelo quarto dia consecutivo no Plenário do Senado. Rodolpho Tourinho (PFL-BA) lamentou a morte do Papa, a quem via como o peregrino da paz e o mensageiro da esperança que dedicou seus 27 anos de pontificado para pregar a concórdia e a superação dos conflitos pelo diálogo. Segundo Tourinho, o Pontífice sobressaiu no comando da Igreja como um grande comunicador e valorizador da juventude.

– Ressalta, na sua figura, o homem, a firmeza na fé, a fortaleza na esperança, a ousadia com que anunciava aos homens o Santo Evangelho de Jesus Cristo – comentou.

Tourinho exaltou a iniciativa do Papa em pedir perdão pelos próprios pecados e pelos cometidos pela Igreja, como na omissão da instituição diante



Roosevelt Pinheiro



Roosevelt Pinheiro

DISCURSOS Agripino lamenta declarações do presidente da República e Tourinho salienta as qualidades do pontificado de 27 anos

do Holocausto dos judeus.

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) também exaltou a memória de João Paulo II, lembrando a dignidade e a humildade durante os seus 27 anos de pontificado. Ele elogiou o *mea culpa* de João Paulo II.

Arma política

Ao reverenciar a memória de João Paulo II, o senador José Agripino (PFL-RN) levantou a possibilidade de o presidente Lula estar usando a comitiva brasileira em Roma como "arma política". Ele questionou o fato de Lula ter convidado representantes de outras religiões e ex-presidentes para integrar a delegação.

– Será que esse gesto não foi de auto-afirmação? Ou será arma política? Lula não convida Fernando Henrique Cardoso para nenhum evento importante – assinalou.

Dissenso

Agripino lamentou que declarações do presidente Lula tenham provocado dissenso entre os arcebispos do Rio de Janeiro, dom Eusébio Scheid, e de São Paulo, dom Cláudio Hummes. Em resposta ao apoio de Lula à eleição de um papa brasileiro, Scheid afirmou que o "presidente não é católico, é caótico". Em defesa do presidente, Hummes disse que, para ele, "Lula é católico mesmo".



Jane Araújo

DESEMPENHO Suplicy diz que pela primeira vez setor ambiental participa de ações estratégicas

participa da definição de estratégias e de ações para o desenvolvimento do país – afirmou.

Suplicy respondeu à jornalista que seria melhor se o marido da ministra procurasse trabalhar em outra área para evitar constrangimentos. Ele esclareceu que não pretendeu ferir ninguém com suas declarações e fez uma série de elogios a Marina Silva, destacando seu desempenho à frente do Ministério do Meio Ambiente.

– Pela primeira vez, o setor ambiental do governo federal

Suplicy explica declaração e elogia Marina Silva

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) explicou ontem, em Plenário, declaração que deu na quarta-feira à jornalista Rosa Costa, do *Estado de S. Paulo*. Segundo ele, a repórter perguntou-lhe o que achava da contratação de Fábio Vaz Lima pelo gabinete do senador Sibá Machado (PT-AC). Fábio é marido da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, de quem Sibá é suplente.

Azeredo exalta gestão do ex-presidente Artur Bernardes

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) prestou ontem homenagem ao ex-presidente Artur da Silva Bernardes, que faleceu há 50 anos. Segundo o senador, o ex-presidente soube ousar e governar em uma época de grandes efervescências políticas. Bernardes governou o Brasil de 1922 a 1926, em estado de sítio permanente, ao enfrentar o Levante do Forte de Copacabana, primeira ação do Movimento Tenentista; a Coluna Prestes, movimento revolucionário que percorreu o país sob o comando de Luís Carlos Prestes, e uma guerra civil no Rio Grande do Sul e em São Paulo, informou o senador.

– A situação exigia do presidente da República a decretação quase constante do



Roosevelt Pinheiro

HISTÓRIA Azeredo recorda dificuldades políticas da época, como o Movimento Tenentista

estado de sítio e a reforma da Constituição, tornando-a autorizadora de medidas de exceção, fortalecedoras do Poder Executivo central – disse.

Mineiro de Viçosa, Bernardes tinha temperamento controlado e sabia dissimular seus temores, cultivando a paciência, lembrou o senador.

ACM acusa o governo de incentivar invasão de terras

Ao informar que cerca de 250 famílias ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) invadiram, na madrugada de ontem, a fazenda Serra Verde, no município de Jussari, no sul da Bahia, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) acusou o governo Lula de incentivar as invasões ao invés de tentar evitá-las.

– Vossa Excelência, senador Romeu Tuma, sabe o quanto essas invasões podem revolucionar as cidades e os campos. Além do movimento dos sem-terra, já temos também o movimento dos sem-teto. José Rainha, à frente do MST, vem provocando grandes distúrbios com dinheiro subsidiado, com dinheiro do governo – afirmou.

Na avaliação do senador, o governo Lula pensa que



Roosevelt Pinheiro

ESTRATÉGIA Antonio Carlos afirma que governo estimula distúrbios e disfarça divisão interna

controla os movimentos sociais para seus próprios fins eleitorais. Segundo Antonio Carlos, o Partido dos Trabalhadores estaria incentivando os distúrbios e simulando uma divisão interna para garantir, em um primeiro momento, a reeleição do presidente Lula. “Na verdade eles estão mais unidos do que nunca no trabalho contra o Brasil”, opinou.

Superintendente do Incra afirma que existem 500 mil armas ilegais em PE

A superintendente do Incra em Pernambuco, Maria de Oliveira, declarou ontem à CPI da Terra que existem cerca de 500 mil armas ilegais no estado. Ela observou que os conflitos agrários no estado relacionam-se também ao crime organizado. Sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ela afirmou desconhecer que a entidade cobre “pedágio” das famílias assentadas. Essa questão, disse o

presidente da CPI, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), ainda será investigada. A delegada Mirian Fumie Takano Omori, em depoimento, tirou dúvidas da CPI acerca do testemunho do fazendeiro Manoel Domingues Paes Neto. Mirian Omori contestou informações prestadas por ele à CPI, que incluíam o uso de coação pela Polícia Federal durante operação em que foram apreendidas armas na propriedade de Paes Neto.



CRIMES Alvaro Dias (C) ouve depoimento da delegada Mirian Omori sobre conflitos agrários



INFORMATIVO Para Demostenes, o manual visa orientar prefeitos e vereadores sobre obtenção de recursos federais

Demostenes lança guia de orientação aos municípios

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) lançou ontem, no auditório do Interlegis, o *Guia de Ação Municipal* – um manual para orientar administradores e parlamentares dos municípios a buscar recursos federais e aplicá-los corretamente. Representantes de 130 municípios de Goiás participaram do evento. Na oportunidade, foram assinados convênios entre o Interlegis e as câmaras

de vereadores goianos. O objetivo é integrar o Legislativo federal aos estaduais e municipais, utilizando ferramentas como Internet, videoconferência e educação a distância.

A cartilha, segundo Demostenes, visa orientar os prefeitos em relação à obtenção de recursos por meio, principalmente, do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, sem a intermediação de lobistas.

O diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, lembrou que a atuação dos senadores é divulgada em tempo real, de forma transparente. Também participaram do evento a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), o senador João Capiberibe (PSB-AP), o presidente do Programa Interlegis, Márcio Sampaio Marques, a suplente de Demostenes, Sandra Melon, e os deputados Ronaldo Caiado e Barbosa Neto.

Fátima Cleide defende pleitos de Rondônia

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) relatou, em Plenário, audiência que manteve na terça-feira com o ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, acompanhada do prefeito de Porto Velho, Roberto Sobrinho, quando foram discutidos projetos do interesse de Rondônia.

De acordo com a parlamentar, Nascimento anunciou a construção de novas instalações para o porto da capital de Rondônia, conhecido como Cai N'água, em razão da precariedade das instalações, que, muitas vezes, provoca queda de pessoas no rio Madeira.

Outra obra discutida com o ministro, segundo a senadora, foi a doanel viário de Porto Velho, que vai facilitar o acesso, ao porto, dos caminhões carregados com grãos produzidos no estado.

Também na terça, Fátima Cleide esteve com a ministra das Minas e Energia, Dilma Roussef, para tratar da viabilização do gasoduto entre Urucu, no Amazonas, e Porto Velho. Conforme destacou, a ministra disse que as últimas licenças estão sendo providenciadas.

No mesmo pronunciamento, a senadora referiu-se à comemoração, ontem, do Dia da Saúde, chamando a atenção para a campanha do Ministério da Saúde que dá ênfase à mulher e às crianças.



AUDIÊNCIA Fátima Cleide relata encontros nos ministérios dos Transportes e de Minas e Energia

Governo perde o que investe em pesquisador, diz Virgílio

■ Quadros formados no exterior não conseguem emprego ao voltar ao país, lamenta o senador

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) afirmou ontem que o governo não trata bem os pesquisadores brasileiros que vão se aperfeiçoar no exterior. Quando retornam ao país, eles não conseguem emprego, o que é uma incoerência, já que a maioria vai estudar fora com recursos do próprio governo, assinalou.

–A prática em uso pelo Ministério da Educação é a contratação de professores na categoria de visitantes, sem qualquer outro vínculo, pelo prazo máximo de dois anos, sem direito à renovação. Essa situação não convém ao país. Além de não estimular os pesquisadores, acaba criando um quadro desalentador para a educação brasileira – lamentou.

Jefferson elogia posição de independência de Severino

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) afirmou ontem em Plenário que, mesmo a contragosto, é preciso louvar as atitudes do presidente da Câmara, Severino Cavalcanti. Para ele, por mais que se discorde das posições de Severino, deve-se reconhecer que ele tem agido com independência em relação ao Executivo, como ocorreu no caso da PEC Paralela, que, após um ano de espera, foi finalmente votada na Câmara por sua decisão.

O senador pedetista também elogiou o gesto de Severino de afirmar que iria devolver as



PERDA Para Virgílio, contratação de professor na categoria de visitante desestimula pesquisador

Arthur Virgílio citou como exemplo o caso da professora Maria do Carmo Castanho Pereira Lira, que escreveu uma carta ao ministro da Educação, Tarso Genro, para falar sobre sua situação.

Maria do Carmo, relatou o senador, é agrônoma, com pós-graduação em Ciência do Solo, e doutora em Biologia Molecular pela Universidade de Sevilla, na Espanha. Sua especialização custou ao país, por meio da Co-

ordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), US\$ 72 mil.

Ao retornar, ela deveria ficar à disposição do governo brasileiro por cinco anos. Após quatro meses sem trabalho, foi chamada para atuar como bolsista no Projeto Genoma Nacional. Mais adiante, recebeu proposta para ser professora visitante na Universidade Rural de Pernambuco. Nesse período, prestou concurso para a Universidade Federal de Alagoas. Foi aprovada, mas, depois de um ano, ainda não foi nomeada. Seu contrato com a instituição pernambucana terminou em dezembro. Maria do Carmo, portanto, está novamente sem emprego, detalhou o senador.

–A nação brasileira está perdendo muito dinheiro com os cursos que os bolsistas fazem no exterior. Eles são pagos para estudar e, em seguida, devolver ao governo em conhecimento. Mas isso não ocorre, porque essa administração não os contrata – afirmou o senador.



APLAUSO Jefferson apóia gesto do presidente da Câmara para conter "abuso de proliferação de MPs"

senador também se manifestou a respeito do nepotismo. Apesar de considerar que não é uma questão simples, Jefferson defende a adoção de medida drástica que proíba a contratação de parentes nos três Poderes.



AÇÃO Pedro Simon comenta pedido do procurador-geral da República ao STF para abertura de inquérito

Simon afirma que Meirelles deve ser processado

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que o presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles, deve ser processado pelo Supremo Tribunal Federal, devido a acusações feitas pelo Ministério Público. O procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, pediu abertura de inquérito por suspeita de evasão de divisas e de sonegação fiscal, além de solicitar a quebra do sigilo bancário do presidente do BC.

–O governo deu a Meirelles o *status* de ministro para evitar que ele fosse processado, garantindo-lhe foro privilegiado. Mas, em face das acusações que lhe estão sendo feitas, ele deve ser processado pelo Supremo Tribunal Federal – asseverou o senador, manifestando estranheza pelo fato de Meirelles ter sido presidente mundial do BankBoston e, eleito deputado federal por Goiás, filiado ao PSDB, se tornar presidente do BC num governo petista.

Recondução

Simon elogiou Fonteles por ter sempre se mantido independente, rejeitando qualquer interferência política em seus pareceres como procurador-geral da República. Ele fez um apelo para que Fonteles aceite ser reconduzido ao cargo.

Em aparte, Jefferson Péres (PDT-AM) reforçou os elogios ao procurador-geral e disse que “as bases éticas do governo estão desmoronando”.



EDUCAÇÃO Cristovam aponta algo de errado "quando se diz que não há dinheiro para as crianças"

Cristovam pede para governo investir nas crianças

O senador Cristovam Buarque (PT-DF) voltou a apoiar ontem a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 40/00, de autoria da senadora Heloísa Helena (PSOL-AL). A PEC visa estabelecer a obrigatoriedade e a gratuidade da educação infantil de zero a seis anos de idade.

– Há algo de errado num país quando se diz que não há dinheiro para as crianças – argumentou o parlamentar, rebatendo as críticas feitas ao projeto.

Cristovam explicou que a PEC não pode garantir às crianças o acesso gratuito a creches, mas pode assegurar aos pais o direito de lutar por isso, amparados pela Constituição. O senador ponderou que o dinheiro necessário para estender a educação gratuita à primeira infância pode ser obtido com mudanças no Orçamento, tendo em vista a importância das crianças. Ele acrescentou que a PEC garante aos pais o direito de lutar para que tenham onde deixar os filhos, quando saem para trabalhar.

O senador advertiu que há algo de errado em um país quando crianças indígenas morrem de fome diariamente, como vem sendo noticiado pela imprensa, ou quando se obtém um recorde acima de US\$ 100 bilhões em exportações, sem que esse dinheiro se reverta em avanços na área social. Ele criticou seus colegas por preferirem debater a redução do Imposto de Renda a discutirem a diminuição das taxas de analfabetismo.

– O centro das discussões não pode ser a redução da carga tributária, e sim como utilizar melhor o que é arrecadado pelo governo – afirmou.

ÍNDIOS

Em audiência, diretor da Funasa afirma que mortalidade infantil entre indígenas é duas vezes maior que no restante da população

Saúde em aldeias depende da distribuição de terras

Em audiência pública realizada ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), o diretor do Departamento de Saúde Indígena da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Alexandre Padilha, afirmou que a assistência médica aos índios tem limites e que as soluções não serão definitivas “se a questão da terra não for solucionada”. A audiência pública destinava-se a tratar do problema de desnutrição que tem levado à morte crianças indígenas de Mato Grosso do Sul.

– Sem resolver o problema da terra para os índios guarani-caiovas, todas as ações de saúde têm limite em sua capacidade. É preciso haver

ampliação da terra e igualdade de distribuição para a aldeia. Sem acesso à terra, eles não terão como produzir alimentos e nem defender sua identidade cultural – disse.

Padilha reconheceu que a situação é grave e que os índices de desnutrição entre os indígenas são maiores do que os encontrados no restante da população. Mas garantiu que a situação está melhorando.

– Em janeiro, 534 crianças estavam em risco nutricional entre os índios de Dourados. Acompanhamos a situação e na primeira reavaliação, em fevereiro, 26% dessas crianças já tiveram avaliação melhor, inclusive de peso normal – assinalou o diretor.

Alexandre Padilha ressaltou que houve grande avanço na saúde indígena depois que o Ministério da Saúde passou a cuidar dessa área, a partir de 1999, conseguindo, inclusive, reverter a tendência de extinção em algumas etnias. O índice de mortalidade infantil, informou Padilha, era de 112 mortes por mil nascimentos naquela época e, em 2004, chegou a 47 óbitos por mil crianças nascidas vivas. Apesar disso, ele reconheceu que ainda há muito o que melhorar.

– Em parte é motivo de comemoração, mas o índice de mortalidade infantil entre os indígenas ainda é duas vezes maior do que no restante da população – frisou.



SOLUÇÕES Entre Sanches (E) e Padilha, Juvêncio da Fonseca preside reunião da Comissão de Direitos Humanos

Agricultor confirma denúncias contra ONG

Durante a audiência na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), o agricultor Adair Gonçalves Sanches, residente em Amambai (MS), confirmou denúncias feitas por ele, lavradas em cartório em 1992, contra a organização não-governamental Projeto Kaiowá Nhandeva (PKN), o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), ligado à Igreja Católica, e o Partido dos Trabalhadores (PT).

Segundo ele, os índios são induzidos a dizer que determinadas regiões são “terras indígenas”, de forma a facilitar

a desapropriação dessas áreas. Questionado pelo senador João Capiberibe (PSB-AP), Adair Sanches disse ter sido levado a um cartório pelo fazendeiro Egídio Bruno, proprietário de uma fazenda de mate da região, grande empregadora de indígenas. O senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS) leu o documento assinado por Adair em que este acusa o Cimi, a PKN e o PT de “usar malandragem fazendo montagens em Mato Grosso do Sul”.

– A PKN recebe verba do exterior em nome do povo, só que o dinheiro não chega aos

indígenas – reclamou Adair.

O agricultor relatou que foi companheiro dessas pessoas, que na verdade são “agitadores que pegam rios de dinheiro dizendo que fazendas são terra indígena”.

Juvêncio ressaltou que, em 2002, houve apenas uma invasão de terras em Mato Grosso do Sul. Em 2003, já foram 15; e, em 2004, chegaram a 17. Adair Sanches também criticou a atuação da Fundação Nacional de Saúde no estado. Afirmou que “branco faz discurso aqui em Brasília, mas na prática faz tudo ao contrário”.



MITO Para Lúcia Vânia, governo se contradiz ao considerar que projeto não precisa ser refeito

Lúcia Vânia critica Lula por "desmoralizar" cadastro de FHC

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ocupou ontem a tribuna para criticar a postura do governo Luiz Inácio Lula da Silva, que, em sua opinião, por dois anos, tentou desmoralizar o cadastro único de famílias pobres montado durante a gestão tucana de Fernando Henrique Cardoso. Conforme a senadora, esse mito caiu agora por terra com a ajuda do próprio Ministério do Desenvolvimento Social, ao entender que o referido cadastro não precisa ser refeito, embora mereça atualização.

Ao solicitar a transcrição, nos Anais da Casa, de matéria publicada ontem na *Folha de S. Paulo*, que trata do assunto, a senadora lembrou que, sucessivamente, três ministros do governo Lula – Benedita da Silva, José Graziano e o atual, Patrus Ananias –, por várias vezes, teriam afirmado que o cadastro único herdado não “serviria para nada”.

O próprio presidente Lula, de acordo com Lúcia Vânia, classificava o cadastro como “apenas um monte de endereços”.

Na avaliação da parlamentar goiana, foram entendimentos equivocados, como o que se referia ao cadastro único da era tucana, que levaram o governo federal a ser questionado por sua ação na área social.

No mesmo pronunciamento, a senadora Lúcia Vânia registrou a presença de um grupo de 100 prefeitos e vereadores em Brasília, que vieram conhecer os serviços de teleconferência do Interlegis – instituição vinculada ao Senado e que vem gerando tecnologia para aproximar os parlamentos em todos os níveis da Federação.

SAÚDE

Dia Mundial da Saúde, comemorado ontem, foi lembrado em Plenário. Os parlamentares apontaram problemas enfrentados pelas mulheres e crianças, foco da campanha deste ano, desenvolvida pela OMS

Viana alerta para riscos à saúde da mulher



OPOSIÇÃO Tião Viana é contra a revisão da legislação punitiva referente ao aborto

O senador Tião Viana (PT-AC) aproveitou a comemoração do Dia Mundial da Saúde, celebrado ontem, para fazer um alerta sobre a importância dos cuidados com a saúde da mulher e da criança durante a gravidez e o parto. Ele também se declarou "frontalmente contrário" à revisão da legislação punitiva referente ao aborto, que será

debatida por comissão instalada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

O senador, com base em dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), afirmou que cerca de 530 mil mulheres morrem no mundo anualmente durante a gravidez ou o parto; mais de 3 milhões de crianças nascem mortas e outros 4 milhões

morrem nas primeiras semanas de vida.

No Brasil, informou Tião Viana, morrem em média 26 crianças a cada mil nascimentos, sendo que, na região Norte, o índice é de 35 mortes em mil.

Com relação à saúde da mulher, o parlamentar mencionou que 81% dos municípios brasileiros não possuem mamógrafo

e que, anualmente, há 10 mil novos casos de câncer de mama e 20 mil casos de câncer de colo de útero.

– Muitas doenças que causam a morte das mulheres podem ser evitadas com diagnóstico e tratamento corretos, e orientação sexual – disse.

Tião Viana elogiou o governo federal por ter lançado, em 2004, o "Pac-

to Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal". O senador, porém, criticou o Ministério da Saúde por incluir no Sistema Único de Saúde (SUS) a reprodução humana assistida, isto é, a inseminação artificial. Segundo ele, os procedimentos de fertilização assistida não são prioritários para a população e custam caro.



ERRO Adoção do método para interromper gravidez é "uma fraude", diz Heloísa Helena

Heloísa critica a prática da curetagem

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) protestou ontem em Plenário contra a defesa que parlamentares e o governo federal estariam fazendo da prática da curetagem para interrupção da gravidez. Na sua opinião, a adoção desse método abortivo é "uma fraude e uma farsa técnica".

– É inaceitável que, em vez de se trabalhar o tema do planejamento familiar e a saúde reprodutiva, promovendo-se a democratização do acesso da mulher às novas tecnologias, fale-se de aborto. Por motivos espirituais e de saúde, não posso compartilhar a opinião de alguém que apresenta isso como avançado – afirmou ela.

A senadora registrou a passagem do Dia Mundial da Saúde e disse esperar que o Plenário aprove a PEC 40/00, de sua autoria, que torna obrigatória a oferta de creches gratuitas para crianças de zero a seis anos.

Ideli comemora sanção de lei de sua autoria

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) declarou que o Dia Mundial da Saúde deste ano ficará marcado como um dos mais realizadores de sua atividade parlamentar. Ela explicou que, ontem, o presidente da República em exercício, José Alencar, sancionou lei de sua autoria que assegura à mulher o direito a ter, em todo hospital público ou conveniado com o SUS, um acompanhante durante as etapas do parto.

– Quero dividir com o Plenário a emoção que senti. São poucos os parlamentares que podem comemorar, em menos de dois anos de tramitação, a transformação de um projeto de sua autoria em lei – afirmou.

Ideli ressaltou ainda que participou de várias solenidades referentes ao Dia Mundial da Saúde, em que comprovou as várias iniciativas do governo para melhorar a qualidade de vida, sobretudo das mulheres e das crianças.



APOIO Mulher pode ter acompanhante no parto em hospital do SUS, afirma Ideli



HOMENAGEM Paim também destaca o Dia do Jornalista, comemorado ontem

Paim defende maior atenção às mães

Ao registrar a passagem do Dia Mundial da Saúde, o senador Paulo Paim (PT-RS) pediu que sejam adotadas medidas para salvar a vida de mães e filhos que morrem durante o parto e de crianças que perdem a vida durante a primeira infância.

Paim lembrou que, neste ano, a Organização Mundial da Saúde (OMS) focou sua atenção nos problemas de saúde que atingem milhões de mães e crianças de todo o mundo.

– O Brasil registra 74 mortes de mulheres por 100 mil bebês nascidos vivos – alertou ele.

O senador também destacou o Dia do Jornalista, comemorado ontem. Ele cumprimentou a categoria e ressaltou a qualidade do profissional brasileiro, bem como seu senso ético e de responsabilidade. "Quantas vezes assistimos a profissionais dessa área sofrerem agressões em defesa das informações."

Augusto: país pobre tem mais mortes no parto

O senador Augusto Botelho (PDT-RR) apoiou a decisão da Organização Mundial da Saúde (OMS) de dedicar a campanha do Dia Mundial da Saúde deste ano à saúde das mulheres e das crianças.

– É óbvia a interdependência entre mães e filhos – disse o senador.

Augusto lamentou que a esmagadora maioria das mortes devido a problemas no parto ocorra nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, devido às carências de infra-estrutura sanitária, educacional e ambulatorial. No mundo desenvolvido, o risco de uma mulher morrer por complicações na gravidez é de um em 2,8 mil. Na África, essa relação é de uma morte para cada 20 grávidas.

O senador por Roraima abordou ainda os problemas causados pela desnutrição, que afligem de maneira crônica 25 milhões de pessoas em todo o planeta.



CARÊNCIAS Augusto alerta para falta de infra-estrutura sanitária e ambulatorial



PREVENÇÃO Suassuna cobra providências imediatas do Ministério da Saúde

Epidemia de gripe preocupa Suassuna

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) cobrou providências do Ministério da Saúde visando preparar o Brasil para combater uma eventual pandemia de gripe que já estaria atingindo a Europa. Ele informou que muitos países já estão fazendo estoques de medicamentos antivirais para garantir a saúde da população. Suassuna defendeu a criação de um grupo de trabalho para tratar do assunto.

– A pandemia que está assombrando a Europa é semelhante à gripe espanhola, que chega a eliminar 70% dos contaminados. Ainda não tive notícias de que o Ministério da Saúde tenha começado a agir – alertou o parlamentar.

Ao lembrar o Dia Mundial da Saúde, Suassuna lamentou que o Brasil, que já foi o quinto país do mundo na indústria de medicamentos, hoje tenha caído para a 14ª posição.

Francisco Pereira quer mais pesquisa

O senador Francisco Pereira (PL-ES) pediu ontem investimentos em pesquisas para combater o mal de Parkinson. Vítima da doença, o senador se disse preocupado com os menos favorecidos, que não têm condições de barrar seu desenvolvimento.

– Quero deixar um apelo às autoridades, para que invistam em pesquisas. Tivemos agora a liberação da pesquisa com células-tronco embrionárias, o que nos traz a expectativa da esperança não só para a cura do mal de Parkinson, mas também das outras doenças degenerativas do sistema nervoso – afirmou

O parlamentar informou que faz de três a quatro horas de fisioterapia por dia, e que gasta, com o tratamento, cerca de R\$ 2 mil por mês.

– Se não fosse a fé que eu tenho em Deus e o apoio da minha família, a minha vida seria bem mais difícil – observou ele.



EXPECTATIVA Francisco Pereira espera avanço no combate ao mal de Parkinson

AUDIÊNCIA

Especialistas discutem com senadores, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, os riscos de internacionalização da Amazônia. Para a maioria dos debatedores, a ameaça é real



SUBSÍDIO Da esquerda para a direita, Clóvis Brigagão, Samuel Pinheiro, Cristovam, Miguel Davena e Armando Mendes

Debate: quem ameaça a soberania da Amazônia?

O secretário de Política e Estratégia e Assuntos Internacionais do Ministério da Defesa, almirante-de-esquadra Miguel Ângelo Davena, e o secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores, embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, destacaram ontem a necessidade de investimentos brasileiros na defesa da Amazônia, em audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). O requerimento para a realização da reunião sobre o tema "A Internacionalização da Amazônia: Risco Real, ou Temor Infundado" foi apresentado pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM).

O almirante ressaltou que a Amazônia Legal representa cerca de 60% do território brasileiro. Ele observou que

a região abriga um terço das florestas do planeta e uma bacia hidrográfica que, com seus recursos hídricos, representa um quinto da disponibilidade de água doce do mundo. Também destacou que a região tem rica biodiversidade, com cerca de 8 milhões de espécies; ocupa uma área geográfica que corresponde à 20ª parte da superfície terrestre; e possui reservas minerais de ferro, manganês, cobre, cassiterita, bauxita, caulim, ouro, gás e petróleo.

Cobiça

Como exemplo da cobiça de países estrangeiros em relação à Amazônia, Pinheiro Guimarães citou declarações do ex-comissário da União Européia Pascal Lamy, de que não se deve pensar em propriedade da região, mas em "gestão

coletiva". O governo brasileiro, como assinalou o embaixador, repudiou as declarações.

Jefferson Péres disse não acreditar no risco de ocupação. Ele explicou que solicitou a audiência para dar uma satisfação à opinião pública.

Interesse

Valdir Raupp (PMDB-RO) tem posição contrária à de Jefferson Péres. Para ele, o interesse por matérias-primas pode levar à ocupação militar da Amazônia.

– Eu lembraria a situação do Iraque. Não foi apenas para derrubar Sadam Hussein que o país foi invadido; foi pelo petróleo – afirmou Raupp.

Pedro Simon (PMDB-RS) defendeu a elaboração de um plano nacional de desenvolvimento da Amazônia.

Especialistas fazem advertências

O cientista político Clóvis Brigagão, da Universidade Cândido Mendes, afirmou, na audiência, que a destruição da Amazônia está sendo feita pelos próprios brasileiros, que não conseguem integrá-la ao restante do país.

– Apelo para que o poder público se ocupe dessa área estratégica para nós. Sem a integração da Amazônia, não vamos nos inserir no mundo globalizado.

Brigagão criticou o fato de o Brasil só reagir mediante provocação externa, como no caso da publicação pela revista *Time* de reportagem sobre as queimadas na Amazônia, e

também a inexistência de uma política integrada de defesa, com as Forças Armadas atuando conjuntamente. Na visão do cientista político, projetos como o de Carajás e de Trombetas significaram a internacionalização do solo desde que foram implantados.

Já o consultor da ONU sobre a Amazônia, professor Armando Mendes, disse considerar real o risco de internacionalização das riquezas da região.

Ele comparou as diversas maneiras como a Amazônia foi considerada durante vários momentos históricos: espaço vital capaz de resolver problemas de excedentes popu-

lacionais do resto do mundo; o almoxarifado da economia mundial, devido às riquezas minerais do subsolo; pulmão do mundo, o grande condicionador de ar do planeta; e, por último, a fase em que é vista como a célula-tronco da vida em geral da Terra.

O professor chamou a atenção para o fato de que a crescente escassez de recursos cria novos campos de disputa em todo o mundo.

– Água e ar agora são bens de mercado. E a maior batalha que se trava é no campo do espírito, para nos convencer de que somos responsáveis por todas as desgraças.

Almirante diz que frota pode ser reforçada de imediato

Ao participar da audiência, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ouviu do almirante Miguel Ângelo Davena, em resposta a sua pergunta, que nenhum avião foi abatido na região amazônica depois da regulamentação da Lei de Abate.

Clóvis Brigagão, outro convidado para a reunião, respondeu também a Suplicy que há dez anos não se tem notícia das atividades do Sistema de Proteção da Amazônia. Em aparte, a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) informou sobre projeto recente do órgão, que fez convênio com o Instituto Militar de Engenharia (IME), para realizar o geo-referenciamento na Amazônia, iniciando pelas

áreas de maior tensão social.

O almirante Davena, respondendo a Ana Júlia Carepa, explicou ainda que a frota brasileira de navios não é numericamente adequada à defesa da Amazônia, mas pode ser aumentada a qualquer momento por meio do deslocamento de outras embarcações para a região. Ele disse também que o Exército tem treinado estratégia específica de resistência.

Cristovam Buarque (PT-DF) declarou que, em conversa com Pascal Lamy, ouviu dele a afirmação de não ter se referido à Amazônia quando propôs, numa conferência em Genebra, a gestão internacional das florestas tropicais.



CRÍTICA Conforme Sibá, comportamento em relação à Amazônia é de "barbaridade"



REPARO Ana Júlia diz que muitos não querem a regularização fundiária da Amazônia

Sibá: "Fantasma paira sobre a cabeça da nação"

Sibá Machado (PT-AC) afirmou que a internacionalização da Amazônia é "um fantasma pairando sobre a cabeça da nação brasileira".

Ele criticou, em Plenário, aqueles que argumentam que o perigo da internacionalização está camuflado nas próprias aldeias indígenas ou em organizações não-governamentais (ONGs) que atuam na região.

O senador tratou também da preocupação com as águas, o roubo de madeira, a prospecção de gás natural e petróleo e a propriedade fundiária.

– O comportamento dos brasileiros em relação à Amazônia é de grilagem, de barbaridades, assassinato, contrabando, desmembramento de estados, extermínio de populações tradicionais e contaminação dos recursos hídricos.

Para Ana Júlia, questão tem sido tratada com má-fé

Ana Júlia Carepa (PT-PA) comentou, em Plenário, a audiência sobre o perigo de internacionalização da Amazônia. Em sua opinião, essa questão tem sido tratada com má-fé por aqueles que só querem expor o país e não desejam a regularização fundiária da área.

A senadora saudou a criação da Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR), na qual atua como vice-presidente, ao lado de Tasso Jereissati (PSDB-CE). Ana Júlia acredita que a comissão tem muito a ganhar ao ser conduzida por dois representantes das regiões menos privilegiadas do país.

Em aparte, Cristovam Buarque (PT-DF) lamentou que o governo Lula ainda não tenha oferecido um projeto para a erradicação da pobreza e redução das desigualdades regionais.